

Os militares não vão limitar o poder civil

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As Forças Armadas não mais fazem questão de continuar sendo "essenciais à execução da política de segurança nacional", nem pretendem restringir os poderes do presidente da República sobre as instituições militares, através da expressão "dentro dos limites da lei", como se encontra escrito no texto constitucional vigente.

Essa, pelo menos, foi a decisão adotada pelo Exército no seu projeto constitucional já enviado aos parlamentares, jornalistas e autoridades do Executivo do 1º e 2º escalão. Outro termo que também desapareceu da proposta militar foi "poderes constitucionais", preferindo Exército, Marinha e Aeronáutica garantir a partir desta nova Carta, apenas os poderes constitucionais e não mais qualquer segmento que usurpe o poder.

Desta forma, de acordo com a destinação constitucional projetada pelo Exército, "as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo

Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República".

"As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Parágrafo único: Cabe ao presidente da República a direção da política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes."

Deixando de ser "essenciais à execução da política de segurança nacional", conforme diz o texto de 1969, as Forças Armadas, no entanto, não deixam de estar envolvidas no planejamento e promoção da segurança nacional, uma vez que transferem tais encargos para a competência da União, dentro da nova Constituição.

Além disso, o Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo presidente da República e constituído pelos ministros de Estado, dentre os quais seis militares, teve sua partici-

pação garantida no livro branco do Exército alusivo aos temas constitucionais de seu interesse.

Apesar desse aparente abrandamento das posições militares com relação ao seu papel na Constituição, é possível que no novo texto constitucional se efetive uma posição ainda menos conservadora. Isso porque vem crescendo na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, que trata do assunto, a tendência de subordinar a participação das Forças Armadas, na defesa interna e externa, à autorização do Congresso Nacional. Essa tese é admitida pela Aeronáutica, mas não ainda pelo Exército e Marinha.

Em Fortaleza, o general Fernando Valente Pamplona de Moura, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou ontem que as Forças Armadas estão coesas no apoio ao presidente da República. Acrescentou que o Exército brasileiro deverá sofrer modificações na sua estrutura funcional, nos próximos anos. Mas que essas mudanças ocorrerão de maneira gradual.